



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1010571-08.2016.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**
Requerente: **Antonio Teixeira Neto**
Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Cuida-se de Ação Acidentária ajuizada por **Antonio Teixeira Neto**, devidamente qualificado nos autos, em face de **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, requerendo a concessão do benefício do auxílio-acidente, no percentual de 50% de seu salário-de-benefício, a partir do termo final do auxílio-doença. Alega que o agravamento de suas lesões (olho esquerdo e direito) evoluiu para glaucoma crônico (redução de mais de 50% da visão), impossibilitando-o de exercer atividade laborativa.

Com a inicial vieram os documentos (fls.16/20).

Em contestação de fls. 26/33 o Instituto réu requer a improcedência do pedido. Alega que o autor não preenche os requisitos para a concessão do benefício de auxílio-acidente, mostrando-se necessária a realização de prova pericial para averiguar a real situação do autor. Em caso de condenação, requer que a atualização monetária e os juros sejam fixados nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 e, com relação aos honorários advocatícios, que o termo final da incidência seja a data da prolação da sentença.

Réplica às fls.61/68.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Em decisão saneadora (fls.69/70), foi deferida a realização de perícia médica. Houve a tentativa de intimação pessoal do autor, resultando infrutífera (fls.90).

Determinou-se a fls.102 a manifestação do autor para que informasse o seu endereço atualizado.

Em manifestação (fls.105) o procurador forneceu endereço na cidade de Porto Ferreira/SP. Agendada nova perícia e, feita intimação no endereço fornecido (fls.115) o autor não compareceu ao exame (fls.116).

Em manifestação (fls.121), o procurador do autor renunciou os poderes a ele constituídos.

Decisão a fls.122 determinou que o causídico cumprisse o disposto no art. 112 do NCPC, comprovando o encaminhamento de carta de renúncia ao último endereço conhecido do autor.

Decisão de fls. 126 reputou válida a intimação encaminhada ao último endereço constante dos autos e, conseqüentemente, ante o não comparecimento do autor à perícia na data designada, foi dada como preclusa a prova pericial, encerrada a fase de instrução e concedido às partes, o prazo comum de 15 dias para apresentação de alegações finais.

Decorrido o prazo não houve apresentação de alegações finais pelas partes.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Julgamento antecipado da lide dada a desnecessidade de dilação probatória (art. 355, I do NCPC).

Cuida-se de ação acidentária em que o autor requer a concessão, pelo Instituto réu, do benefício previdenciário de auxílio-acidente, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

conformidade com a Lei nº 8.213/91.

O pedido é improcedente.

Cabia ao obreiro comprovar os fatos constitutivos do seu direito. Isso porque, em matéria acidentária, o conhecimento técnico ou científico é determinante para o deslinde da causa, pois, além de comprovar os fatos descritos na inicial atesta o grau de incapacidade e o nexo causal.

Devidamente intimado para comparecer em data e horário agendado pelo perito, ausentou-se da perícia e nem sequer apresentou qualquer justificativa para tanto. Dever da parte interessada a apresentar justificativas plausíveis para a ausência em designações processuais. O não comparecimento do autor ao exame pericial implica na preclusão temporal da prova, diante do desinteresse na sua realização.

Assim sendo, ausente prova técnica acerca da incapacidade laboral e do nexo causal, o autor não se desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, nos termos do que dispõe o art. 373, I, do NCPC.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

ACIDENTE DO TRABALHO – PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDO OCUPACIONAL – Ausência de prova do nexo causal e da incapacidade laborativa decorrente de problemas auditivos. Julgamento convertido em diligência. Segurado que não comparece ao exame médico e, intimado pessoalmente, não se manifesta a fim de agendar nova data para realização de vistoria. Prova técnica que era indispensável para o resultado da demanda. Incapacidade laborativa não provada. Autor que não se desincumbiu do ônus probatório a que se refere o art. 373, I, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Novo CPC. Não preenchimento dos requisitos para a concessão do benefício acidentário. Sentença reformada. Reexame necessário e recurso de apelação da autarquia providos. Recurso improvido do autor. (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 0131112-55.2008.8.26.0053; Relator (a): Nuncio Theophilo Neto; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 6ª Vara de Acidentes do Trabalho; Data do Julgamento: 16/10/2018; Data de Registro: 20/10/2018).

Acidente do Trabalho – Não comparecimento do autor à perícia médica – Cerceamento de defesa – Inocorrência – Patrono devidamente intimado pela imprensa oficial – O não comparecimento do interessado à perícia médica implica na preclusão temporal da prova, face ao desinteresse na sua realização – Improcedência da ação mantida. NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR. (TJSP; Apelação 1029841-40.2017.8.26.0224; Relator (a): Afonso Faro Jr.; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/10/2018; Data de Registro: 19/10/2018).

Não resultando provada a redução da capacidade laborativa do autor e, tampouco o nexo causal entre a moléstia (glaucoma crônico) e o trabalho desenvolvido, de rigor a improcedência do pedido.

Pelo exposto, julgo improcedente o pedido.

Sucumbente, condeno o autor nas custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, que arbitro em 10% do valor atribuído a causa, sendo que as verbas da sucumbência apenas poderão ser cobradas se provada a perda da condição de necessitado.

Expeça-se mandado de levantamento do valor depositado a fls.95 ao Instituto réu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2018.